



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

14460 - Resumo Expandido - Trabalho - 41ª Reunião Nacional da ANPEd (2023)

ISSN: 2447-2808

GT05 - Estado e Política Educacional

O PROJETO SOMAR NA GESTÃO DO GOVERNO ZEMA (2019-2022): EDUCAÇÃO PÚBLICA X INTERESSES PRIVADOS

Lara Cristina Evaristo Rodrigues - UFU - Universidade Federal de Uberlândia

O PROJETO SOMAR NA GESTÃO DO GOVERNO ZEMA (2019-2022): EDUCAÇÃO PÚBLICA X INTERESSES PRIVADOS

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo analisar a proposta do Projeto Somar, política que prevê a gestão compartilhada do ensino médio por meio de parcerias com organizações sociais privadas (OSCs) na rede estadual em Minas Gerais, no governo Romeu Zema (2019-2022), e a relação com a defesa da privatização e avanço do capital sobre a educação pública. Como resultados, é possível averiguar que o Projeto Somar, política recente em andamento, merece ser acompanhado e problematizado para denunciar suas artimanhas e armadilhas que fazem parte de contrarreformas e ofensivas da lógica neoliberal que traz retrocessos ao direito à educação e à gestão da escola pública. As análises realizadas acerca do Projeto Somar mostram que essa experiência representa forte estratégia para o avanço da privatização da educação mineira, como uma forma que o capital utiliza para avançar sobre serviços e direitos públicos. Embora a pesquisa não apresente dados e informações do processo de implementação no chão das escolas selecionadas após a transferência para a OSC (pois o projeto somar ainda encontra-se em fase de implementação) as informações desse trabalho concluído como dissertação de mestrado, apontam um desmonte dos direitos acarretando retrocessos para trabalhadores da educação, os estudantes e a rede estadual como um todo.

Palavras-chave: Educação; Neoliberalismo; Relação público-privada; Projeto Somar.

INTRODUÇÃO

Sabemos que a iniciativa privada começou a se inserir no setor público com a proposta de aumentar a qualidade do ensino. Em Minas Gerais (MG), desde o início de sua campanha eleitoral em 2018, em seu plano de governo intitulado como “Liberdade ainda que Tardia” o atual governador Romeu Zema (NOVO) tem defendido o Estado mínimo, propondo parcerias com instituições privadas em todos os setores gerenciados por ele, principalmente na educação, deixando claro que não se tinha a intenção de colocar um fim ao Estado, mas sim a de reduzir a forma com que ele influencia a vida do seu povo. Assim, ao longo desse trabalho, deixarei evidências de que essas propostas tem ganhado forma desde 2019, colocando a educação mineira no centro da privatização, intensificando a ofensiva neoliberal no estado brasileiro que possui mais instituições públicas de ensino superior no país, sendo ao todo 22 universidades e institutos federais (IBGE, 2010), mas que tem enfrentado um governo que preza pelas privatizações.

De forma geral, é possível constatar esse tipo de privatização do público de várias formas: na concessão das escolas para o setor privado por meio da gestão compartilhada; nas parcerias com organizações sociais com ou sem fins lucrativos; ou na reorganização da escola pública no qual o privado define o currículo e a gestão das escolas (FONTES, 2018). Esse processo de relacionamento entre os setores é uma parte constitutiva das mudanças sociais e econômicas, trata-se de uma mercadorização do ensino.

O plano de governo do governador Romeu Zema, intitulado “Liberdade Ainda que Tardia”, apresenta como forte crítica o “excesso” de Estado e defende que a atuação desse deve ser mínima (PARTIDO NOVO, 2018). Como proposta, apresenta como alternativas a “parceria” com o mercado, fazendo alusão que as “políticas de vouchers, cooperativas de professores e bolsas de estudos via créditos fiscais, seriam boas alternativas para tornar as escolas privadas mais acessíveis” (PARTIDO NOVO, p. 35). O Plano apresenta como um dos objetivos estratégicos da gestão Zema “Desestatizar e estabelecer parcerias com o setor privado” e, em especial para a educação, prevê como uma das diretrizes estratégicas a ação de “desenvolver projetos pilotos inovadores para fomentar potenciais parcerias com o setor privado” (MINAS GERAIS, 2019, p. 65).

Considerando esse panorama, a partir de inquietações provocadas pelas insistentes interferências do setor privado na educação pública e no resultado que esse processo pode gerar para a escola pública de qualidade, o trabalho tem como objeto de investigação o Projeto Somar que foi implementado em três escolas estaduais mineiras.

O Projeto Somar é um projeto idealizado desde o início da gestão do atual governador Romeu Zema (2019-2022), apresentado com o discurso de transferir a gestão das escolas

estaduais de ensino médio para uma organização social sem fins lucrativos, com o objetivo de “melhorar os índices educacionais e gastar menos”. Nesse caso, por meio da gestão compartilhada, o governo estadual cede a escola para uma organização privada gerir e essa organização cuida de todo o processo que deveria ser obrigação do Estado, ou seja, a propriedade permanece pública, mas a gestão é repassada para o setor privado. Sabe-se que são instituições públicas, mas quando são entregues à iniciativa privada, o processo democrático decisório fica ausente, sendo este uma das facetas da privatização da educação.

A discussão do Projeto Somar teve início em 2020, mas ele só foi implantado em 2021. De acordo com o planejamento da Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais, esse é um modelo “piloto” que será testado em três escolas por um período de 54 meses, e, caso os resultados forem melhores que estavam antes da implantação do projeto, a proposta é que o Projeto possa ser estendido por toda a rede estadual de ensino.

a. Problemática de pesquisa:

Quais as implicações da privatização sobre a educação pública mineira, tomando como foco a experiência do Projeto Somar? Dessa forma, a pesquisa levanta e investiga essa problemática, sabendo que a mercadorização do sistema público educacional não é uma abstração, pois ela acontece por meio de sujeitos e processos, estando presente não somente no estado de Minas Gerais, mas, também, em todo Brasil.

b. Objetivo da pesquisa:

Analisar a proposta do Projeto Somar, política que prevê a gestão compartilhada do ensino médio por meio de parcerias com organizações sociais privadas na rede estadual em Minas Gerais, no governo Romeu Zema (2019-2022), e a relação com a defesa da privatização e avanço do capital sobre a educação pública.

c. Metodologia:

As opções teórico-metodológicas envolvem definições, posicionamentos diante do processo de construção de uma pesquisa, sendo o percurso metodológico conduzido por um conjunto de perspectivas, concepções e interesses sociais. Considerando o exposto, a abordagem qualitativa foi a posição assumida nessa investigação. Em relação aos procedimentos metodológicos, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, com a finalidade de realizar o aprofundamento do referencial teórico que embasou a pesquisa e as posteriores análises dos dados levantados.

Para a elaboração da pesquisa, foi feito um levantamento de publicações tendo como temática as relações público-privadas na área da educação e, de forma particular, as relações público-privadas na nova gestão educacional de Minas Gerais e no Projeto Somar, revisão bibliográfica que ofereceu suporte às discussões e análises apresentadas. No segundo momento, realizou-se uma pesquisa documental com o intuito buscar nos documentos oficiais do governo Romeu Zema e na Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais, dados sobre o Projeto Somar e as parcerias com o setor privado na pasta da educação. Como forma de coleta de dados, foram entrevistados dois professores de cada uma das três escolas participantes do Projeto Somar.

Como um modelo “piloto”, o Projeto Somar foi implantando em três escolas, selecionadas com o argumento de melhoria dos resultados das avaliações externas. As três escolas escolhidas para participar do projeto estão situadas na região metropolitana de Belo Horizonte, sendo duas delas na capital (Escola Estadual Maria Andrade Resende e Escola Estadual Francisco Menezes Filho) e uma escola em Sabará (Escola Estadual Coronel Adelino Castelo Branco). Ao todo, as três instituições tinham em 2020, cerca de 2.324 alunos.

Nessa pesquisa foi possível evidenciar o quanto a relação entre o público e o privado é complexa e multifacetada por meio do Projeto Somar que está em andamento, experiência singular que se insere no contexto macro de consolidação do neoliberalismo e seus efeitos para as políticas sociais, em especial para a escola pública.

O PROJETO SOMAR

À medida em que as políticas neoliberais e o capitalismo avançam atualmente no meio internacional, os processos de privatização da educação têm assumido diversas facetas no Brasil ao longo da década. Em Minas Gerais, o efeito não tem sido diferente. O Estado tem vivenciado um governo de direita que preza pelas privatizações como justificativa de que isso diminuiria os gastos dos cofres públicos. Segundo o governador Romeu Zema, eleito em 2018, as parcerias com o setor privado facilitariam o investimento em outros setores. Entre os direitos sociais ameaçados pelo relacionamento com o setor privado em Minas Gerais, destaca-se a área da educação.

No fim do ano de 2020, a Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais havia informado que o Estado lançaria um projeto piloto intitulado Projeto Somar, cujo principal objetivo seria compartilhar a gestão da escola pública com empresas privadas, com o argumento de melhorar a qualidade da educação de escolas que apresentavam baixos índices de desempenho nas avaliações externas. Considerando esse recorte, analisamos a experiência do Projeto Somar, a fim de identificar formas de empresariamento, o avanço do capital sobre o público e seus desdobramentos na gestão da escola.

Segundo o Governo do Estado, com o Projeto Somar haveria a melhoria da qualidade

do ensino a partir de um novo modelo de gestão, buscando diferentes estratégias para a implementação do Novo Ensino Médio (NEM), por meio da gestão compartilhada com OSCs.

Essas alterações propostas pelo governo, desresponsabilizam o Estado de oferecer parte da formação básica, que antes era sua obrigação, e transfere essa responsabilidade para o próprio aluno. Dessa forma, as diferenças materiais, irão se traduzir em diferenças de formação, uma tendência reforçada pelo NEM. A nova organização curricular no ensino médio, que promoveu a flexibilização do currículo e da formação da juventude, busca atender essas demandas da base material do atual regime de acumulação, alinhando-se ao projeto pedagógico hegemônico de mundialização da educação.

A respeito dos professores, eles foram remanejados das escolas estaduais participantes do projeto Somar e realocados em outras instituições, agora, as escolas participantes do projeto contam com novos docentes contratados pela OSC, sem nenhum vínculo com o Estado. Nesse contexto o capital ataca a carreira docente de várias formas, seja pelo remanejamento de servidores ou pelo contrato temporário de professores pelo regime CLT. Em todos os casos, a categoria se torna refém aos interesses da reforma empresarial.

Assim, entendemos que a proposta do Projeto Somar, enquanto resultado da relação público-privado, reforça a concepção de sociabilidade do capital. Desde a primeira divulgação, o Projeto Somar foi apresentado pelo governo do estado de forma impositiva e já integralizado, sem qualquer diálogo com o sindicato ou com os profissionais das escolas envolvidas, pois, a proposta do Projeto Somar não havia sido discutida com os servidores e setores da educação, ou seja, o Projeto foi criado sob o movimento de top-down, ou seja, de cima para baixo, como uma ação política implementada sem a participação popular. O fato de ter sido construído sem democracia enfatiza que por trás do projeto pode haver um jogo de interesses políticos.

O objetivo do governo é que, se o projeto-piloto for um sucesso, ele se estenderá para todas as escolas do estado. Observa-se assim, que, o estado apresenta uma grande defesa na parceria com organizações empresariais, vistas como melhores e sob o argumento, dentre outras, de oferecem práticas inovadoras para a educação. Por fim, vale destacar que esse cenário em que foi implantado o Projeto Somar eliminou os espaços de reflexão coletiva, fragilizou a organização política e corroeu as possibilidades de luta e resistência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objeto de investigação o Projeto Somar, como parte dos programas e ações no campo da educação no governo de Romeu Zema (2019-2022) que descaracterizam a educação pública de gestão pública e transferem a gestão da escola para uma organização social, em nome de “gestão compartilhada”.

Considerando esse recorte, ressalta-se nesse trabalho, as políticas educacionais da

educação básica brasileira que envolvem a relação entre o público e o privado, tendo como foco principal o estado de Minas Gerais. Ao longo desse estudo, analisou-se a gestão do governo Zema na pasta da educação e constatou-se que, de forma explícita, esse governo defende a privatização da educação, sob a lógica do Estado Mínimo, sem se preocupar com um direito social tão fundamental que é a educação.

De forma geral, esse modelo não é um caso isolado, pois é possível constatar esse tipo de privatização do público de várias formas: na concessão das escolas para o setor privado por meio da gestão compartilhada; nas parcerias com organizações sociais com ou sem fins lucrativos; ou na reorganização da escola pública no qual o privado define o currículo e a gestão das escolas. Esse processo de relacionamento entre os setores é uma parte constitutiva das mudanças sociais e econômicas, o que traz como desdobramentos a mercadorização da educação.

Nessa direção, o enfretamento aos processos de privatização da educação em Minas Gerais exige resistências. Entretanto, essas resistências se materializam na produção de evidências empíricas localmente produzidas, assim como esse trabalho, e na produção de respostas a políticas e programas localmente implantados. Colaborar com a produção dessas evidências é o que se pretendeu, em última instância, com esse trabalho

REFERÊNCIAS

ADRIÃO, T.; PERONI, V. **Público e privado na educação**: novos elementos para o debate. São Paulo: Xamã, 2008.

FONTES, V. **Sociedade civil empresarial e a educação pública**: qual democracia? XXII Encontro Estadual do Sindicato dos Supervisores de Ensino do Magistério Oficial do Estado de São Paulo. 2018.

FREITAS, L. C. **A reforma empresarial da educação**: nova direita, velhas ideias. São Paulo: Expressão Popular, 2018. 160 p.

PARTIDO NOVO. **Liberdade ainda que tardia**. Minas Gerais, 2018. Disponível em: https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/MG/2022802018/130000600702//proposta_1533160671813.pdf > Acesso em: 28 ago. 2021.